

4

O ISEB e os princípios de uma educação ideológica

O objetivo de identificar e analisar o papel das preocupações educativas do ISEB no contexto dos anos de 1950 e o impacto do seu legado no pensamento educacional brasileiro encaminhou a busca de autores que, de alguma maneira, já tivessem trabalhado o tema da educação em relação ao ideário isebiano. Apesar de a produção intelectual sobre o ISEB ser pequena, o contato com esses trabalhos teve papel estratégico no delineamento e encaminhamento do estudo pretendido.

Nessa busca, dois trabalhos se destacaram – o estudo de Caio Navarro de Toledo, materializado no livro *ISEB – Fábrica de Ideologia*, que mapeia os princípios filosóficos de uma instituição caracterizada pela heterogeneidade de apropriações de seus membros, e, mais especificamente voltada ao tema da educação, a reflexão de Vanilda Paiva, que desenvolve um estudo sobre as influências do ideário isebiano no método de Paulo Freire, trabalho o qual resultou no livro, *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, obra que indiretamente acaba mapeando os ideários os quais marcaram o pensamento educacional brasileiro nos anos de 1950 e 1960.

O estudo aqui proposto resulta de uma reflexão elaborada a partir do trabalho de Paiva; ou seja, em se tratando de uma pesquisa situada no campo da educação, as análises elaboradas por Paiva forneceram pistas ainda que incompletas, mas estratégicas para o que passarei a denominar Ideário Educativo do ISEB. Trabalhar a partir dessas pistas exigiu, contudo, a definição de um método de sistematização, envolvendo os recortes das idéias desenvolvidas e o registro dos necessários aportes voltados especificamente ao estudo pretendido. Ainda longe de apontar questões conclusivas, o papel dessa reflexão foi o de se constituir numa etapa estratégica na construção analítica adotada.

Logo no início do livro intitulado *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, Paiva informa que sua reflexão teve por objetivo trabalhar a hipótese de uma significativa influência do pensamento isebiano no ideário e no método pedagógico de Paulo Freire. Ao concluir o trabalho pretendido, Paiva, além de apresentar suas colocações sobre Paulo Freire, acaba produzindo um mapa ideológico característico do pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950 e

1960, referência significativa para qualquer educador preocupado com questões que passam pelo campo da história da educação no Brasil.

O fato é que, ao construir suas análises envolvendo o ideário isebiano e o método Paulo Freire, Paiva nos coloca diante de um olhar muito pouco explorado em relação ao ISEB – o das dimensões educacionais e pedagógicas, no meu entender, dimensões não explicitadas no conjunto do ideário isebiano. Vale registrar que o tema da educação, a despeito da existência de concepções e práticas educativas inovadoras para o momento, não foi fruto de uma reflexão sistematizada por parte do grupo isebiano. Nesse sentido, o olhar singular desenvolvido por Paiva se inicia numa apresentação das idéias básicas do ISEB, segue na análise de alguns conceitos filosóficos cunhados pelos intelectuais que compunham o Instituto, até chegar ao significado do projeto nacional-desenvolvimentista, culminando numa análise detalhada das influências teóricas e metodológicas absorvidas por Paulo Freire em seu método.

Diante dessas colocações, a apropriação pretendida sobre as análises de Paiva teve um caráter seletivo²⁶, tendo se encaminhado através de dois aspectos principais: o primeiro aspecto relaciona-se com o encaminhamento metodológico assumido por Paiva que, ao explicitar os ideários isebiano e freireano, preocupa-se em situá-los no âmbito da história das idéias no Brasil nos anos de 1950 e 1960, explicitando assim, de maneira dialética, aproximações e distanciamentos no conjunto das distintas abordagens que, naquele momento, caracterizaram o que podemos chamar do pensamento educacional brasileiro. Paralelamente, Paiva vai nos apresentando e reconstruindo trajetórias e formações intelectuais (quem leu o que; de que maneira leu – leitura direta ou indireta dos autores; as diferentes apropriações desenvolvidas etc.), nos colocando diante de um mapa das ideologias que caracterizaram os anos de 1950 e parte dos anos de 1960.

O segundo aspecto que direcionou o encaminhamento da reflexão foram os sentidos ou os significados que a autora atribuiu às relações existentes entre o projeto isebiano e o ideário pedagógico de Paulo Freire. Mais que meramente identificar as apropriações advindas de formulações teóricas isebianas praticadas

²⁶ Com a expressão “apropriação seletiva”, quero deixar claro o fato de que, para efeito do presente estudo, não tive a preocupação de registrar minha concordância ou não com as conclusões apresentadas por Paiva em relação às influências isebianas no ideário pedagógico de Paulo Freire. Dada a complexidade da questão, trata-se de um tema a ser devidamente desenvolvido num trabalho específico.

por Freire, Paiva nos conduz através dos diferentes significados que essa apropriação freireana assumiu naquele contexto. Indêpende do grau de concordância que possamos estabelecer com a autora quanto às suas conclusões, sua análise sobre o período se diferencia, na medida em que consegue construir um sentido e nos fornecer uma semântica daquele complexo universo: a “filosofia da existência” conjugada ao “culturalismo”, marcos do pensamento isebiano. Concluindo, mais que uma mera constatação, esses aspectos me inspiraram a trabalhar de maneira semelhante o tema da preocupação educativa presente no ISEB, ou seja, buscando significar seu ideário educativo.

Num primeiro momento, a reflexão elaborada por Paiva se apresenta a partir de uma síntese descritiva do ISEB, é uma primeira aproximação do que seria o universo das dimensões educativas presentes no ideário isebiano²⁷. Assumindo como tema principal a obra pedagógica de Paulo Freire, Paiva enfatiza que irá “tratar a pedagogia de Paulo Freire em suas ligações com a ideologia isebiana”, entendendo, no entanto, que essa pedagogia não se apoiou somente no isebianismo e que não teve um sentido único (Paiva, 2000; p. 34). Ao identificar e analisar as ligações existentes entre a obra de Freire e o ideário isebiano, Paiva nos fornece pistas importantes para a identificação das dimensões educativas presentes no projeto nacional-desenvolvimentista do ISEB. E um conjunto de idéias e de referências teóricas do ISEB é constatado no método de Freire.

...o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire e as idéias que lhe servem de base é o resultado, em termos pedagógico-didáticos, de uma complexa evolução de idéias que começa no Instituto Brasileiro de Filosofia, passa pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros e desemboca na Ação Popular, num sinuoso percurso que mostra um caminho que vai da atividade meramente especulativa à militância política, passando por formulações teóricas provenientes de instituições de caráter e com objetivos muito diversos, que incluem elementos provenientes de variadas tradições teóricas e incorporam, em cada um de seus momentos mais marcados, “restos” do momento anterior. (Paiva, 2000; p. 34-35; grifos meus)

²⁷ Tem-se em vista que o efetivo aprofundamento da compreensão dessas estratégias formativas, ou seja, a complementação final desse entendimento se concluirá nos capítulos seguintes, a partir de confirmações adquiridas tanto na consulta aos conteúdos veiculados pela produção intelectual isebiana quanto no suporte empírico representado pela análise do documento intitulado “Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de estudos Brasileiros – ISEB durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960”.

A questão é que, por uma série de motivos a serem apontados ao longo do trabalho, o dinamismo do quadro intelectual isebiano e brasileiro nessa época nos colocam diante de duas questões: uma ampla diversidade teórica que nos dificulta o delineamento dos ideários em jogo, e, somado a isto, o fato desse contraditório e diversificado universo não poder ser ignorado, sob pena de se elaborar uma análise incompleta e pontual de determinadas práticas e idéias desse período. Daí que o ISEB, instituição que marca de maneira singular o período histórico no qual se insere, só pode ser efetivamente compreendido, contextualizado na complexidade dinâmica desse mesmo período; ou seja, compreender a maneira pela qual o ISEB influencia o contexto no qual se situa, pressupõe a compreensão do contexto no qual ele se insere e que também o influencia.

4.1 O existencialismo-culturalista do ISEB

Ao iniciar sua análise sobre o ISEB, Paiva afirma que o isebianismo pode ser traduzido na síntese pedagógica “existencial-culturalista”; uma síntese complexa que deve levar em conta distintas possibilidades de apropriações – apropriações diferenciadas, complementares e/ou próximas – expressas no desenvolvimento das produções intelectuais do grupo isebiano, tanto ao longo dos anos que antecedem a criação do ISEB (de 1952 até 1955), quanto nos anos posteriores à sua institucionalização (de 1955 até 1964).

Dentre os aspectos que diferenciam a abordagem de Paiva da de outros autores que também estudaram o ISEB, destaca-se o fato de que, embora Paiva esteja trabalhando sobre um ideário de difícil sistematização – diversidade presente nas apropriações dos isebianos, contradições e articulações conceituais múltiplas – a análise da autora vai nos colocando diante da maneira pela qual esses dois pilares filosóficos característicos do projeto isebiano – a “filosofia da existência” ou “existencialismo” e o “culturalismo” (mais especificamente um “culturalismo político”) – se materializam num determinado projeto político; ou seja, sua reflexão nos apresenta os significados que esse ideário vai assumindo ao se concretizar numa determinada prática de cunho político. Sento-Sé, autor que apresenta o livro de Paiva, registra o seguinte comentário sobre o trabalho em questão.

Assim, tomamos contato (...) com os sofisticados procedimentos intelectuais que presidiram a construção de conceitos-chave do pensamento nacional-desenvolvimentista. Aprendemos o modo pelo qual conceitos como fase, época, colonialismo, consciência ingênua, alienação, emancipação nacional, autonomia, heteronomia, nacionalismo, redução sociológica e tantos outros foram semantizados pelos isebianos, ou seja, foram por eles dotados de poder heurístico e vitalidade política. Suas dificuldades, ambigüidades e lacunas não são esquecidas. Elas estão presentes na análise, mas enquadradas num conjunto de esforços que as torna compreensíveis, quase como decorrências do caráter ambicioso das próprias formulações. (Sento-Sé, 2000; p. 11; grifos meus)

Trata-se de um trabalho que se desenvolve através de uma construção analítica a qual consegue olhar para o ISEB, levando em conta tanto o sentido de sua totalidade como instituição, quanto o significado de suas peculiaridades expressas na obra de cada um dos intelectuais isebianos. Ao mesmo tempo em que o ISEB efetivamente se constitui numa instituição, cuja identidade se apóia duplamente no ideário existencialista e culturalista, ele também se caracteriza pelas diferentes apropriações que cada isebiano faz desses ideários filosóficos assumidos. Dentre as diferentes apropriações existentes, a autora trabalha alguns aspectos da produção intelectual de Álvaro Vieira Pinto, Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, cujas especificidades são sucintamente comentadas.

No ISEB, a motivação principal a qual movia a reflexão desenvolvida pelo grupo de intelectuais que o compunha, era o país; ou melhor, o conjunto de problemas que caracterizava a realidade brasileira naquele momento. A idéia defendida era a de buscar, através da reflexão possibilitada pelas ciências sociais, soluções que pudessem, de alguma maneira, alterar e reverter o problemático contexto da realidade brasileira.

Na época do IBESP (1953), primórdios do ISEB, Hélio Jaguaribe, em produção intelectual de sua autoria, mas “submetida à minuciosa crítica dos membros do Instituto”, publica na revista *Cadernos do Nosso Tempo*, o texto intitulado A CRISE BRASILEIRA já informando uma determinada apropriação do existencialismo e do culturalismo²⁸. Nesse texto, Jaguaribe registra as idéias básicas que posteriormente irão compor tanto sua produção intelectual, quanto o projeto nacional-desenvolvimentista, começando por explicitar seu entendimento da crise brasileira em curso, por ele entendida como crise da cultura. Apoiado no ideário culturalista, afirma que, na medida em que nascemos num determinado

²⁸ O referido texto foi objeto da análise apresentada no capítulo 02.

afirma que, na medida em que nascemos num determinado contexto cultural e histórico, recebemos pela tradição um repertório de crenças e usos que mediatizam nossas relações com as coisas, com os demais homens e conosco mesmo. Através das transformações históricas, nossa “cultura ambiente” (língua, valores etc.), diretamente relacionada com a construção da nossa visão de mundo, torna-se incompleta e insuficiente, apresentando falhas e determinando que os usos e os costumes estabelecidos sejam renovados.

Na medida em que nossas crenças, hábitos e idéias não mais se adequam às transformações e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, Jaguaribe defende a presença das instituições “como sistema de normas que disciplinam o processo social de modo a promover conscientemente a mudança cultural necessária”. Concluindo, afirma que “as idéias são o resultado de nossa reação em face da insuficiência das crenças anteriores”. Daí que a valorização e primazia das idéias, fontes estratégicas no enfrentamento dos problemas e alcance das soluções a serem apontadas, se constituirão um princípio defendido pelo ISEB.

Referindo-se ao encaminhamento e ao papel atribuído por Jaguaribe às “idéias” na condução da crise brasileira, Paiva afirma:

O seu problema já então é o da construção da nação, a intervenção do Estado para assegurar o desenvolvimento, a racionalização das atividades do estado, a adoção de uma política externa que atendesse aos interesses nacionais e não de blocos econômico-militares, a elaboração de um projeto social que possibilitasse reduzir o antagonismo entre as classes. A crise da cultura brasileira era o resultado do processo de crescimento econômico, da industrialização substitutiva de importações nos últimos anos: somente entendendo esse processo é que se poderia preparar a recomposição da nossa cultura, livrar-se da importação cultural ao buscar conhecer a nossa “circunstância”. (Paiva, 2000; p. 54; grifos meus)

Tendo, então, como pano de fundo, a reabilitação da esfera ideológica ou a valorização das idéias no enfrentamento dos problemas, Jaguaribe destaca outros aspectos que se articulam nesse contexto:

a) a importância do entendimento, o qual, posteriormente, veremos ser “um novo e determinado tipo de entendimento”, elaborado de maneira bem diferente do que até então se faziam sobre a realidade brasileira;

b) a necessidade de se resgatar algo denominado nossa “consciência” – conceito vinculado ao existencialismo, que defende a possibilidade de se resgatar nossas naturezas mais primitivas, “puras” e isentas de influências externas.

Se no existencialismo a idéia de "consciência" se aplicava ao indivíduo, no ideário isebiano isso passa a ser aplicável à análise dos problemas do Brasil, suas influências históricas, seus desafios diante das transformações de um processo em plena industrialização. Sintetizando o encaminhamento teórico e prático assumido, Paiva afirma que “Jaguaribe começa a dar o passo que o leva da filosofia à ciência política, da especulação à militância, das preocupações com o indivíduo à preocupação com realidade socioeconômica do país, do vitalismo orteguiano à sociologia pragmática”, concluindo que, no conjunto desse ideário, as ideologias se legitimam no papel de comando do comportamento social da comunidade (Paiva, 2000; p. 54).

Já Guerreiro Ramos, numa abordagem ainda mais essencialmente existencialista e culturalista, se concentra numa reflexão sobre a sociedade brasileira, que estava deixando de ser uma sociedade natural - ou seja, deixando de ser uma sociedade colonial, sem consciência de si - para se constituir numa sociedade histórica, consciente de sua liberdade e capaz de se distinguir como autônoma. Nesse contexto a intelectualidade teria um papel de destaque – deveria ajudar através de uma interpretação correta da realidade e da elaboração de uma cultura nacional, a serem concretizadas via método da “redução sociológica” proposto para os necessários estudos sociológicos. A “redução sociológica” possibilitaria uma efetiva vivência do Brasil, uma abordagem bem diferente de se perceber um Brasil submetido e dependente do pensamento estrangeiro, até mesmo em relação ao seu próprio entendimento. Paiva, citando Ramos:

...a atitude redutora era para Guerreiro Ramos, “uma atitude metodológica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade nacional, eliminando (...) tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário”, perturba o esforço de compreensão e obtenção do essencial de um dado. (Paiva, 2000; p. 61)

E, Roland Corbisier vai se caracterizar, segundo Paiva, por ter sido o intelectual do grupo que maior atenção dedica à questão da cultura e quem mais se apóia em Ortega y Gasset. Ainda no início da década de 1950, Corbisier defende um nacionalismo autoritário e suas possibilidades políticas, o que o conduz a uma problematização do papel das estratégias pedagógicas.

...a fragmentação do mundo moderno destruiria a eficácia da pedagogia e, por outro lado, a democracia liberal permitiria substituir a pedagogia pela propaganda: o resultado era a massificação característica do mundo contemporâneo, o mundo da técnica e dos meios de comunicação de massa. Em tal mundo, em que assistíamos à “rebelião das massas, a organização pedagógica se via prejudicada pela “crise de confiança nas crenças e valores sobre os quais nos assentamos””²⁹. (Paiva, 2000; p. 64)

No início dos anos de 1950, sua visão da educação das massas – por serem avessas à ordem e à disciplina – era profundamente negativa; numa abordagem existencialista autoritária, somente o indivíduo era educável, uma educação para a liberdade, para a escolha; esta, porém, submete-se a valores e ideais que não se colocam em discussão, porque, segundo Corbisier, são eternos e não social e historicamente determinados. Numa concepção pedagógica de cunho autoritário, Corbisier firmava que a crise da educação era apenas um aspecto da “crise do nosso tempo”, de maneira que só poderíamos superá-la através da restauração de um patrimônio de crenças comuns em função do qual se conciliariam espontaneamente, a liberdade e a disciplina, a ordem e a vida.

Significativamente imbuído pelo culturalismo, Corbisier defendia que pensar o mundo é pensar a cultura, dimensão resultante da ação do homem – a atividade, o trabalho humano sobre a natureza gerava a “dimensão cultural da circunstância” – uma clara associação de existencialismo e culturalismo. Tal como a “sociologia nacional” concebida por Ramos, Corbisier defende uma “filosofia brasileira” que, ao fornecer os instrumentos para que pudéssemos “decifrar o Brasil”, estaria interferindo no processo de mudança, atendendo às forças representativas dessa nova fase. Nesse contexto, o papel dos intelectuais, no qual se incluía, era o

²⁹ O comentário de Paiva se apóia no texto de Corbisier, SITUAÇÃO E PROBLEMAS DA PEDAGOGIA, uma conferência de abertura dos cursos de extensão cultural do IBF em 1952, publicado na *Revista Brasileira de Filosofia* (vol. II, fasc. 2, abr-jun, 1952).

de iluminar o caminho a ser seguido, levando em conta o sentido da nossa formação histórica e da efetiva compreensão do nosso destino.

Diante de tais constatações – algumas próximas entre si e outras nem tanto – que confirmam a presença do culturalismo e do existencialismo na ideologia isebiana, foi consenso no grupo do ISEB, a necessidade de se conceber um projeto nacionalista através do qual se desenvolveria uma cultura nacional; o nacionalismo viabilizaria o surgimento de uma cultura brasileira, possibilitando a eliminação do complexo colonial e sua conseqüente alienação. O conjunto dessas reflexões filosóficas fomenta uma nova epistemologia, uma nova maneira de se pensar o Brasil e de se pensar sobre o Brasil – um legado pouco explorado a despeito do impacto gerado. Basta lembrar o grau de sua interferência na concepção no projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, referência política do governo JK.

4.2

A presença do ISEB no ideário de Paulo Freire

Após essa caracterização inicial das principais influências filosóficas do ISEB, Paiva passa a analisar a apropriação feita por Paulo Freire da obra isebiana e seus desdobramentos; Paiva começa a apontar a maneira pela qual o ideário existencialista e culturalista adquire, através do método de Paulo Freire, uma determinada materialidade educacional e pedagógica. Embora exista um núcleo filosófico e ideológico comum, centrado no existencialismo e culturalismo, constato que a apropriação de Freire, materializada em seu método, se diferenciam, principalmente no que se refere às diferentes concepções de estratégias educativas.

No olhar de Paiva, Freire representa uma tradução pedagógica do “existencialismo-culturalista”; mas no meu olhar o ISEB também representa uma tradição pedagógica do existencialismo/culturalismo. Apontando o quanto Freire se aproxima das mesmas motivações dos isebianos, Paiva assinala que:

...a preocupação que dominou os anos 50 [de 1950] prendia-se à sociedade como um todo, à superação do seu subdesenvolvimento, à afirmação das nações do terceiro Mundo e Freire segue a trilha aberta pelos isebianos, “reduzindo”, tal como eles, o existencialismo ao plano da nação. (Paiva, 2000; p. 100)

A análise desenvolvida por Paiva em relação às influências isebianas no ideário de Paulo Freire assume como parâmetros alguns aspectos característicos da produção intelectual do ISEB:

- a) a idéia de uma pedagogia existencial-culturalista, centrada numa “situação fundamental do homem”, encaminhando uma determinada maneira de se interpretar a realidade, desenvolvendo uma análise crítica da realidade educativa, defendendo um homem que se diferencia das massas e afirmando as possibilidades da função comunicativa ao se tratar com consciências;
- b) a relação que se estabelece entre a sociologia pragmática e a pedagogia da libertação de Freire;
- c) e, finalmente, a relação entre conscientização e populismo.

Marco das preocupações de Freire, no final dos anos 50, e confirmação de suas influências isebianas é a escolha do tema de sua tese de concurso, *Educação e Atualidade Brasileira*, na qual ele reconhece a necessidade de pensar a educação dentro da realidade do país, buscando para tanto, diretrizes e métodos que correspondam à problemática nacional. Entretanto, no âmbito do ideário existencialista, para pensar a realidade brasileira, fazia-se necessário explicar historicamente como surgiram as características daquela sociedade assim como as mudanças em curso que exigiam uma reflexão sobre o momento presente. Para dar conta de tais objetivos, Freire acentua seu vínculo com os isebianos históricos. Constituídos em referências teóricas de Freire, os isebianos, concentrados no estudo da realidade brasileira e nas estratégias políticas de condução do projeto desenvolvimentista, evidenciam seu papel de elementos chave na concepção de novas abordagens educacionais e pedagógicas, tão necessárias naquele contexto.

A situação fundamental do homem

Paiva aponta que a “situação fundamental do homem” trabalhada por Freire se constituía numa categoria que evidenciava sua aproximação do existencialismo-culturalista; ambos - Freire e Corbisier - percebiam a situação fundamental do homem como o ponto inicial para se “pensar a história e a cultura”, de forma que a análise da sociedade estaria submetida à análise da cultura. E, a cultura brasileira, tal como toda a cultura ocidental na era da técnica, estava em crise em fun-

ção de seu desenvolvimento; ou seja, a cultura brasileira não mais correspondia à sua circunstância, precisando ser transformada através de novas idéias que pudessem compor novas crenças. Tratava-se então da criação de idéias que, adequadamente difundidas numa ideologia – o nacionalismo-desenvolvimentista –, iriam acelerar a transformação e permitir a inserção do homem nessa nova cultura brasileira.

Assim, o processo de transição exige a inserção do homem brasileiro, que se dá via uma reconstrução de valores, crenças etc., alterando os níveis cognitivos, na medida em que envolve a compreensão da realidade em transformação – espaço privilegiado das estratégias educativas. Um espaço que, apesar de ser utilizado de diferentes maneiras, encontra-se vinculado a um mesmo núcleo de pensamento, seja no âmbito do método Paulo Freire ou no âmbito das práticas educativas adotadas pelo ISEB. Segundo Paiva, o pensamento educacional brasileiro dessa época, ainda que, filosoficamente diferenciado, se expressava a partir de um mesmo núcleo crítico.

A crítica à educação verbalista, ao ensino ornamental e literário calçado sobre a memorização e a serviço do bacharelismo, com caráter acadêmico e propedêutico, aparece de maneira idêntica em Freire, Jaguaribe, Corbisier, Oliveira Júnior, ou nos renovadores especialmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. (...) Por trás dessa crítica não estava apenas o desenvolvimentismo isebiano – estava uma visão renovadora do processo educacional, o rastro do vitalismo orteguiano, absolutamente compatíveis.

(...) Se o homem precisa estar integrado na sua realidade para viver uma “vida autêntica”, não alienada, a sua educação deve responder às exigências da “circunstância”, deve responder à vida. No nosso caso concreto, deveria responder a nossas “condições faseológicas”, à “transição de fase”: ao desenvolvimento, à formação da nacionalidade pela formação da sociedade civil, à participação democrática. Ora a Escola Nova propunha não apenas um sistema de ensino que respondesse às necessidades sociais (...) mas também uma prática pedagógica ligada à vida, que Freire tenta realizar não apenas no nível da escola mas também da pequena comunidade. (Paiva, 2000; p. 116; grifo meu)

No entender de Paiva, foi Anísio Teixeira quem, dentre os renovadores, mais marcou a formação pedagógica de Freire. Complementa essa percepção a presença de teses isebianas na produção de Anísio.

A cultura nacional, o desenvolvimento nacional, a história contemporânea do Brasil, ninguém poderá dizer que sejam estudadas na escola secundária brasileira. E não o são também na Universidade. Na faculdade de Filosofia, a língua portuguesa e a literatura brasileira são uma fração do departamento de línguas neolatinas. Um jovem pode formar-se sem tomar contato com nenhum dos livros da imensa brasiliana, que já possui o país. (...)

Com uma escola assim desnacionalizada e desnacionalizante, como esperar que a juventude se sinta esclarecida para conduzir, como vanguarda que é, o movimento nacionalista? (...) Este homem brasileiro é que será o construtor do Brasil. E quem o tem de formar será a escola brasileira. A escola brasileira é que irá ensinar a compreender o Brasil, mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos e as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais...³⁰ (grifos meus)

Não é difícil admitir que o texto de Anísio poderia ser confundido com uma produção intelectual isebiana; a alteração de uma frase desse texto ilustraria a função que esse grupo isebiano se colocava, tendo em vista as problemáticas dos anos de 1950 no Brasil – os isebianos poderiam ter formulado: “o ISEB é que irá ensinar a compreender o Brasil”.

O método de Paulo Freire atua nesse espaço, ajudando a formar e mobilizar a sociedade civil, reajustando e recompondo idéias e crenças compatíveis com uma sociedade urbana, industrial e moderna. Uma recomposição que, ao confirmar a valorização e reabilitação da esfera ideológica, acaba legitimando uma única determinada ideologia como expressão do caminho certo a ser seguido pelo país. Diante do desafio, Freire situa o papel da educação na geração de disposições mentais democráticas através das quais o homem se identifique com o clima cultural do povo aderindo, assim, ao projeto de desenvolvimento, idéia nuclear do novo contexto do país.

Aprofundando-se no tema e apoiando-se numa razão dualista também trabalhada pela CEPAL³¹, Freire analisa a realidade social através de suas dualidades – sociedades rural e urbana; interior e litoral; pensamento arcaico e moderno –, defendendo a transformação da sociedade arcaica e seus valores, numa sociedade moderna e renovada; tal como os “isebianos históricos” suas ~~preocupações se concentravam~~ na “crise de transição” da sociedade brasileira.

³⁰ Anísio Teixeira, EDUCAÇÃO COMO PROBLEMA CENTRAL DA SOCIEDADE, texto publicado no livro *Educação no Brasil*, 1976.

³¹ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina (órgão vinculado à ONU, Organização das Nações Unidas), uma das instituições que também se faz presente através de sua influência no conjunto do pensamento brasileiro no período.

concentravam na “crise de transição” da sociedade brasileira. Defende que o homem existe no tempo e para existir autenticamente precisa ser consciente, não apenas da sua historicidade, mas também da própria capacidade de optar; a consciência define, pois, o homem e permite a sua inserção na História como sujeito. A consciência é, assim, consciência da dignidade e da liberdade humana refletida no mundo da Cultura e da História, exigindo a integração do homem ao seu contexto.

Paiva ao descrever Freire aponta que:

...essa essência do existir humano (...) é colocada a serviço do “pensar a mudança”, o “trânsito”, a crise da sociedade brasileira. (...) nela estão presentes elementos essenciais para a elaboração de um método personalista e culturalista da educação. Este método pretendia formar homens críticos, capazes de serem reconhecidos na descrição fenomenológica da sua essência realizada naquelas páginas, supunha e difundia igualmente princípios de um “pensar fenomenológico”, a capacidade de “pôr o mundo entre parênteses para poder pensar sobre ele, definir-se e finalmente optar”. (Paiva, 2000; p. 102; grifos meus)

Em 1959, ao abordar a atualidade brasileira, Freire entende que o nacionalismo verdadeiro “é exatamente a corporificação (...) da autenticidade nacional”³², estando intimamente ligado à consciência que se assume da realidade do País. Defendia que a sociedade brasileira se apresentava como uma sociedade em transformação, em razão do desenvolvimento e da industrialização que se tornaram um imperativo existencial. Nessa sociedade, as mudanças potencializariam a possibilidade de se vencer a alienação existente, através de um processo de autodeterminação.

E, para Freire, o encaminhamento desse processo já se encontrava em curso, fundamentalmente, através do ISEB. É esclarecedora a longa citação que se segue, na qual Freire aponta as duas instituições que influenciaram significativamente o contexto da educação universitária no Brasil: o ISEB e a Universidade de Brasília, instituições representantes dos dois ideários distintos mas surpreendentemente próximos que caracterizaram o pensamento educacional brasileiro nos anos de 1950 e de 1960 – o existencialismo-culturalista iseiano e o escolanovismo, apoiado numa abordagem pragmatista.

³² “Educação e atualidade brasileira”, Recife, 1959, mimeo., p. 49 e 23.

Dois empenhos, da mais alta importância, da educação universitária e pós-universitária, merecem referência especial. O do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e o da Universidade de Brasília. Ambos frustrados pelo Golpe Militar. Compreender o seu papel implica em apreender o significado desta realidade: o ISEB foi um momento do despertar da consciência nacional, que se prolonga à Universidade de Brasília.

Até o ISEB, a consciência dos intelectuais brasileiros ou da grande maioria daqueles que pensavam e escreviam dentro do Brasil tinha como ponto de referência tanto para o seu pensar como para a própria avaliação do seu pensar a realidade do Brasil como um objeto do pensar europeu e depois o norte-americano. Pensar o Brasil, de modo geral, era pensar sobre o Brasil, de um ponto de vista não-brasileiro. Julgava-se o desenvolvimento cultural do Brasil segundo critérios e perspectivas nos quais o País era necessariamente um elemento estrangeiro. É evidente que este era fundamentalmente um modo de pensar alienado. Daí a impossibilidade de um engajamento resultante deste pensar. O intelectual sofria de uma nostalgia. Vivia mais uma realidade imaginária, que ele não podia transformar. Dando as costas a seu próprio mundo, enjoado dele, sofria por não ser o Brasil idêntico ao mundo imaginário em que vivia. Por não ser o Brasil a Europa ou os Estados Unidos. Na verdade, introjetando a visão européia sobre o Brasil, como País atrasado, negava o Brasil e buscava refúgio e segurança na erudição sem o Brasil verdadeiro e quanto mais queria ser um homem de cultura, menos queria ser brasileiro. O ISEB, que refletia o clima de desalienação política característico da fase de trânsito, era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto. Pensar o Brasil como sujeito era assumir a realidade do Brasil como efetivamente era. Era identificar-se com o Brasil como Brasil. A força do pensamento do ISEB tem origem nesta identificação, nesta integração. Integração com a realidade nacional, agora valorizada, porque descoberta, e porque descoberta, capaz de fecundar, de forma surpreendente, a criação do intelectual que se põe a serviço da cultura nacional. Desta integração decorreram duas conseqüências importantes: a força de um pensamento criador próprio e o compromisso com o destino da realidade pensada e assumida. Não foi por acaso que o ISEB, não sendo uma universidade, falou e foi escutado por toda uma geração universitária e não sendo um organismo de classe, fazia conferências em sindicatos.

Esta forma de pensar o Brasil como sujeito que levava a uma necessária integração com a realidade nacional, vai caracterizar a ação da Universidade de Brasília que, fugindo obviamente à importação de modelos alienados, busca um saber autêntico, por isso comprometido. Sua preocupação não era, assim, a de formar bacharéis verbosos, nem a de formar técnicos tecnicistas. Inserindo-se cada vez mais na realidade nacional, sua preocupação era contribuir para a transformação da realidade, à base de uma verdadeira compreensão do seu processo.

Sua influência e a do ISEB podem ser compreendidas como resultado da identificação com o despertar da consciência nacional, que avança em busca da conquista do Brasil como tarefa de transformação. Neste sentido, a mensagem de ambos continua, como continua a tarefa do intelectual e da juventude brasileira. Do povo brasileiro.³³ (grifos meus)

A meu ver, o texto de Freire nos coloca diante de conceitos e expressões que marcaram o pensamento educacional brasileiro, nos anos de 1950 e 1960:

- a) apesar de focalizar duas experiências vinculadas a ideários distintos – ISEB e Universidade de Brasília –, Freire aponta a presença de afinidades que as aproximam, tais como objetivos e preocupações comuns relacionadas com uma determinada maneira de “pensar o Brasil como sujeito” que levaria a uma necessária integração com a realidade nacional;
- b) a percepção de que o ISEB representou um momento do “despertar da consciência nacional”, o qual terá continuidade na Universidade de Brasília. Dentre as questões que se inserem nesse despertar da consciência nacional, está uma maneira radicalmente nova de se pensar o país e seus problemas (“assumindo a realidade brasileira como efetivamente era”): o desenvolvimento de um instrumental teórico apoiado no existencialismo, materializado através das ciências sociais, voltado à ação, ou seja, ao efetivo alcance das soluções necessárias;
- c) a necessária “integração com a realidade nacional”, trabalhada pelo ISEB potencializa a criação do intelectual colocado a serviço da cultura nacional, resultando num pensamento criador próprio e no compromisso com o futuro da realidade pensada e assumida.

O tema da massificação e sua relação com o indivíduo humano também se faz presente nas apropriações isebianas de Freire; tema constante em reflexões de autores existencialistas e cristãos preocupados com a “ascensão das massas” e com os efeitos sociais e políticos do desenvolvimento da técnica no século XX. Segundo Ortega y Gasset, autor da principal obra sobre o tema – *La rebelion de las masas* –, publicada no início dos anos de 1930, o significado do conceito de massa refere-se a “todo aquele que não valoriza a si mesmo (...) que se sente como todo o mundo”, ou seja, todo aquele que não se personaliza. Sendo, assim, a massificação vista como um fenômeno coletivo que traz um impedimento à personalização dos indivíduos de uma coletividade.

³³ FREIRE, Paulo (1983). *Educação como prática da liberdade*. RJ: Paz e Terra, p. 98-9.

A questão que se colocava era que, com a chegada da democracia e da técnica, via participação política e acesso aos artefatos e utensílios, surgiria o predomínio das massas, de forma que esse homem-massa, sem “consciência histórica”, passaria a ser uma ameaça à sociedade moderna. Ocorre que o conjunto dessas idéias gerou tanto posturas elitistas quanto posturas progressistas como a de Freire que, ao buscar combater a alienação das massas através do processo educativo, tinha por objetivo a construção de uma personalização, através da qual cada um se reconheceria como um indivíduo na sociedade.

E, a estratégia metodológica assumida na concepção dessa construção educativa se concentrou nas práticas dialógicas. Mais uma vez o existencialismo se expressava na valorização da razão e das idéias humanas como instrumentos capazes de “afrouxar os laços dogmáticos do arbitrário, da presunção, do fanatismo” constituindo-se, dessa forma, num princípio de libertação.

Sociologia pragmática e pedagogia da libertação

Paiva passa a identificar as idéias-chave que efetivamente irão caracterizar a concepção de um projeto educacional e pedagógico voltado às mudanças em curso – um projeto que tanto se materializa de forma explícita no método de Paulo Freire quanto de forma implícita nas estratégias educativas assumidas pelo ISEB. Entrar em contato com essas idéias-chaves e/ou conceitos-chave, foi estratégico no delineamento dessa dimensão educativa do ISEB.

Podemos afirmar que, apoiados num ideário existencialista-culturalista e no conjunto de categorias e conceitos dele decorrentes, os isebianos partem para a defesa de soluções centradas no tema da construção da nação, a partir de uma nova formação e fortalecimento do Estado em conexão com uma postura anticolonialista e antiimperialista; suas preocupações se concentram na concepção e implementação de um projeto de existência nacional. Nesse momento de transição e afirmação desses novos valores, vivenciado pela sociedade brasileira, faz-se necessário uma abordagem educativa que assume papel estratégico, atuando fundamentalmente na construção do que foi cunhado como “uma nova conscientização” – conceito de significativa importância na dimensão educativa presente tanto no ISEB quanto em Paulo Freire. Segundo Freire, “conscientizar” e “conscientiza-

ção” são conceitos gerados no universo isebiano, necessários à compreensão da passagem de uma “consciência ingênua” a uma “consciência crítica” da realidade.

Nesse ponto, surge a influência de Karl Mannheim (1893-1947), filósofo húngaro considerado o último representante da sociologia clássica, que irá marcar os encaminhamentos de uma sociologia histórica do conhecimento. Em se tratando das apropriações isebianas, a reflexão de Mannheim envolvendo o conceito de “uma “democracia militante” como algo que dependia de certo grau de “awareness” em questões sociais”, serão nossas referências para entender o conceito de consciência. Segundo Mannheim:

...por “awareness” não entendo um mero acúmulo do saber. Quer na vida do indivíduo, quer na da comunidade, consciência significa capacidade para perceber prontamente o conjunto da situação em que a gente se encontra, e não só para orientar a ação de acordo com tarefas e fins imediatistas, mas para baseá-las em uma visão mais global. Um dos modos concretos como essa consciência se expressa é o diagnóstico correto da situação.³⁴ (grifos nossos)

Mas em se tratando do ISEB, o trabalho relacionado com as transformações das consciências se deu em 2 momentos distintos e voltados a duas clientelas diferentes; num primeiro momento os isebianos se concentraram na transformação das consciências de pessoas formadoras de opinião e representantes da burguesia industrial, numa clara estratégia de formação dos quadros dirigentes do país; e num segundo momento os esforços de transformação das consciências via estratégias educativas se voltaram para as massas, representadas principalmente pelas lideranças sindicais e pelos estudantes organizados, materializando a estratégia de penetração da ideologia nacional em amplos setores sociais.

Para o ISEB, o grau de consciência desejada era o que possibilitava às massas identificarem-se com os objetivos do capitalismo nacional e com a nação como entidade acima das classes sociais – ou seja, o alcance da consciência crítica viabilizaria a inserção e estruturação dos trabalhadores na moderna sociedade brasileira. Para Freire, o processo de conscientização facilitaria não só a mudança, tendo em vista o encaminhamento da modernização, como conduziria essa mudança dentro dos limites do modo de produção vigentes. Paiva assinala que, não obstante o ISEB e de Freire defenderem que a conscientização se concentra nos

³⁴ MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do nosso tempo*, p. 81 (Mannheim apud Paiva, 2000; p. 59).

mecanismos mentais os quais asseguram a liberdade de pensamento e o uso da razão, ambos defendiam o regime democrático parlamentar como a forma ideal de organização política, determinando desse modo que as conscientizações desenvolvidas se concentrassem nos ideais liberais.

Segundo Paiva, por dar conta de vários aportes isebianos, Mannheim se torna uma grande síntese do ISEB, aglutinando e absorvendo a influência de outros autores de sua época.

A sociologia de Mannheim não se chocava com as idéias de Spengler e Toynbee, no nível da interpretação histórica; tampouco criava dificuldades à influência dos culturalistas alemães como Alfred Weber e Max Scheler (o representante da nossa antropologia filosófica alemã) ou dos filósofos da existência de orientação vária, de Ortega y Gasset aos existencialistas maiores como Sartre, Heidegger e Jaspers. Ao contrário, como diz Adorno, suas idéias combinavam muito bem com a nova antropologia alemã e com a filosofia da existência. (Paiva, 2000; p. 161)

Tal como os isebianos, Mannheim acreditava na orientação iluminista dos intelectuais. Para os isebianos, em se tratando da realidade brasileira, essa orientação iluminista deveria estar voltada ao esclarecimento da burguesia industrial em relação às possibilidades de desenvolvimento do Brasil; nesse sentido surgia a necessidade de se conceber uma ideologia adequada à atuação dessa burguesia e sua posterior penetração “nos mais amplos setores da vida social” (Paiva, 2000; p. 162). Não é gratuito o fato da clientela dos cursos e seminários do ISEB, num primeiro momento, se constituir fundamentalmente de pessoas que já haviam concluído o curso universitário e que atuavam profissionalmente em áreas formadoras de opinião na sociedade – advogados, quadros militares, funcionários públicos, deputados e senadores, jornalistas, professores, etc. Evidencia-se que a assimilação da ideologia nacional se dá de maneira processual através de dois momentos distintos que envolvem estratégias educativas diferenciadas: como já foi assinalado, se num primeiro momento o foco era a burguesia industrial, num segundo momento o foco passou a ser as massas,

Os corolários desse iluminismo defendiam uma transformação social dentro dos limites do sistema adotado, de forma racional, ordeira e pacífica, apontando a razão como instância determinante da evolução social e dando ênfase à educação como instrumento de propagação dessa razão e, portanto, promotora da mu-

dança social. Fazer valer a razão, de maneira a alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional-capitalista implicava reconhecer como questão central o papel e a função da educação e da organização ideológica das massas – algo que, posteriormente, Hélio Jaguaribe irá denominar de “educação e organização ideológica”.

Citando Álvaro Vieira Pinto, outro isebiano histórico de significativa influência no ideário freireano, Freire registra que de nada valeria a promoção do desenvolvimento pelo poder público se não ocorresse a cooperação voluntária e consciente das massas. Nesse sentido, somente um trabalho educativo, centrado na promoção do “progresso da ideologia na consciência nacional”, daria conta dos objetivos desejados; ou seja, comunidades ideologizadas, penetradas pela ideologia do desenvolvimento nacional, teriam papel estratégico na superação do subdesenvolvimento e como apoio às forças modernizadoras.

Nos primórdios de suas concepções (1959), Freire afirma em relação às massas que o que é preciso é aumentar-lhe (...) o grau de consciência dos problemas do seu tempo e de seu espaço. E, dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento. E, o problema se faz então um problema de educação – de “educação e organização ideológica”, conclui citando Jaguaribe (Paiva, 2000; p. 164).

Conscientização e populismo

Posteriormente, em 1965, no livro *Educação como prática da liberdade*, Freire altera sua percepção, não falando mais em dar às massas uma ideologia do desenvolvimento, restringindo assim o entendimento do conceito de conscientização enquanto aquisição de mecanismos mentais que facilitem a crítica – uma crítica cujo conteúdo deveria expressar a visão das massas e não a dos intelectuais.

Tal como Freire, também o ISEB vai se adequando aos novos encaminhamentos que o contexto coloca, evidenciando em suas práticas um direcionamento político mais à esquerda – em se tratando das estratégias educativas, a partir de 1960, segundo momento da assimilação da ideologia nacional, o instituto começa a se aproximar das lideranças de classes populares e das massas. Segundo Paiva, até então, o foco das influências isebianas, ou seja o grupo social que caracteriza-

va a clientela dos Cursos ministrados era composta de profissionais de referência na sociedade civil, isto é, era composta por grupos formadores de opinião.

E, nesse sentido, é importante assinalar que *Consciência e Realidade Nacional* de Vieira Pinto é uma obra que explica essa mudança das estratégias isebianas; uma mudança possivelmente relacionada com os primeiros indícios de esgotamento e decadência do projeto nacionalista-desenvolvimentista. Paiva aponta que, o “iluminismo da *intelligentsia* isebiana”, num segundo momento, começa a se articular com um tipo de “populismo indutivista”, passando a buscar nas massas a correta interpretação da realidade e a orientação para a ação. A partir de então, Vieira Pinto passará a ter papel de destaque no ideário freireano; vale assinalar que, dentre os isebianos históricos, Vieira Pinto foi que mais explorou a questão educativa e pedagógica, tendo em vista suas reflexões sobre as formas da consciência e a passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”.

Retomando a preocupação pedagógica de Freire, sua reflexão passa, então, a se concentrar na busca de um método de alfabetização que propiciasse a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. Numa leitura de Paiva, é evidente a influência de Vieira Pinto na identificação que Freire elabora em relação às características da consciência ingênua:

...a simplicidade da interpretação dos problemas, a tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado, a subestimação do homem comum, a forte inclinação ao gregarismo (característica da massificação), a impermeabilidade à investigação (gosto por explicações fabulosas), a fragilidade na argumentação, o forte teor de emocionalidade, a prática da polêmica e não do diálogo, o apelo às explicações místicas. (Paiva, 2000; p. 175)³⁵

Enquanto que as características de uma consciência crítica seriam:

a profundidade na interpretação dos problemas, a substituição de explicações mágicas por princípios causais, a tendência a procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões, a despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas, e na sua apreensão, esforçar-se por negar a transferência da responsabilidade, a recusar-se a posições quietistas, a praticar o diálogo e não a polêmica, a mostrar receptividade ao novo e ao velho sempre que válido, a inclinar-se às arguições. (Paiva, 2000; p. 176)

³⁵ Ao registrar essas definições, Paiva se apóia no texto *Educação como prática da liberdade* de Paulo Freire.

Esses dois tipos de consciência também podem ser diferenciados através de três eixos centrais de oposição: 1) dominância de emoção x dominância da razão (capacidade/incapacidade de dialogar) ; 2) recusa x aceitação da mudança; 3) subjetivismo x objetividade na explicação da realidade.

Assim sendo, a consciência crítica se caracterizaria pela racionalidade, superando a falta de objetividade e dominando as emoções. Para Freire (e para o ISEB), pessoas com uma consciência crítica, racionais, abertas ao diálogo e, portanto, à mudança, objetivas na percepção do real, seriam capazes de construir e preservar o funcionamento dos regimes democráticos, enquanto que os portadores de uma consciência ingênua se submeteriam aos regimes autoritários.

Politicamente, a segurança da democracia, segundo Jaspers e Mannheim, estaria na multiplicação das consciências críticas. Vale assinalar que, ao assumir determinado viés político, esse novo pensamento educativo em formação e seus ineditismos acabam, direta e/ou indiretamente, sendo irreversivelmente assimilados no conjunto do pensamento educacional brasileiro.

Confirmando as influências de Vieira Pinto em Freire, chega-se então ao 1º volume de *Consciência e Realidade Nacional*, onde Vieira Pinto, para descrever as consciências em questão, faz uso de uma descrição fenomenológica que se remete à sua própria vivência como intelectual e como isebiano. Figuras como Roland Corbisier, Vieira Pinto e Freire assumem que se viam nessa passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, por eles definida como uma “conversão à realidade nacional”.

Refletindo sobre o papel da consciência ingênua num determinado contexto social, Vieira Pinto afirma que ela se caracterizaria pelo caráter dogmático de suas afirmações, marcado pela “incapacidade de percepção da mutabilidade das coisas e dos valores”- incapaz de perceber a historicidade, não podia entender nem aceitar a mudança. Seus portadores se caracterizariam pelo seu caráter sensitivo, pela confusão do visto com o existente, pela ausência de compreensão unitária da realidade nacional, pela tendência a considerar limitações às possibilidades que tem diante de si, pela incapacidade de dialogar pelo moralismo, pelo desprezo pelas massas, pelo intelectualismo no tratamento dos problemas sociais, pela defesa do progresso moderado (desenvolvimento espontâneo), pelo romantismo na compreensão das relações econômicas e políticas, e pela falta de objetividade na análise da realidade. Para Vieira Pinto, o conjunto dessas características se constituiria

na descrição fenomenológica da consciência da direita brasileira (Paiva, 2000; p. 178).

Já a consciência crítica se caracterizaria por investigar a si mesma e aceitar a mudança, merecendo, portanto, ser chamada de revolucionária; seu papel seria o de desvendar a lógica do processo social através uma participação ativa e transformadora. Em se tratando do Brasil, os portadores dessa consciência crítica buscariam unir a racionalização e a objetividade da análise da realidade nacional ao caráter de transitoriedade histórica dessa realidade – gerando uma totalidade que teria a função de nos instrumentalizar no entendimento dos sentidos e das significações. Para Vieira Pinto, essa totalidade é o todo nacional, a nacionalidade, já que “a nação mediatiza necessariamente a minha visão de mundo” (Pinto apud Paiva, 2000; p. 179-80).

As definições de Vieira Pinto, além de repetitivas, vão se tornando cada vez mais específicas e voltadas às transformações em curso, tanto no contexto mundial quanto na realidade brasileira. A consciência ingênua é aquela que não aceita a História, a mudança, o diálogo, a democracia, a razão e que percebe sem objetividade a realidade, porque se identifica com a sociedade dominada por uma burguesia agrário-comercial, aliada aos interesses estrangeiros. Por outro lado, a consciência crítica é comandada pela razão, acompanha o fluir da história e adapta-se ao novo, aceita a sociedade moderna e a dominação da burguesia industrial, urbana, nacional.

Paiva destaca que a interpretação dualista da realidade é o que dá sentido à identificação pelos isebianos de uma dualidade das formas de consciência, e, neste particular, Paulo Freire vincula-se profundamente aos teóricos do nacionalismo-desenvolvimentista (Paiva, 2000; p. 181). Confirmando a presença dessa interpretação dualista, o atendimento da burguesia industrial em detrimento da burguesia agrária era, num primeiro momento, a condição básica para o desenvolvimento nacional. Apesar de concentrar a maior parcela da renda nacional, a burguesia industrial não se tornara “classe dirigente”, tendo em vista a ausência de uma autêntica consciência crítica. Nesse contexto, a tarefa dos isebianos era de “iluminar o caminho” da burguesia industrial nacional, indicarlhe seus verdadeiros interesses e formular as estratégias necessárias à sua conquista da hegemonia política. O alcance de tal objetivo passava, num segundo momento, pelos caminhos da democracia parlamentar expressa através do voto.

Segundo Guerreiro Ramos, a burguesia industrial, em virtude da rapidez e espontaneidade do processo de substituição de importação, provocado pela crise externa, não havia tido tempo de amadurecer ideologicamente.

...na coexistência no país de duas sociedades: uma velha, com todos os seus compromissos com o passado; outra nova, implicando novo estilo de vida (...). Somos e não somos ao mesmo tempo, no tocante à velha sociedade a que nos referíamos. Se, porém, podemos descrever de modo crítico a velha sociedade, é porque estamos saindo dela e olhando do ponto de vista da sociedade nova.³⁶

Freire apóia uma crítica direcionada ao imobilismo de uma ordem pré-capitalista, defendendo que o progresso é sinônimo de uma sociedade nova resultante da penetração capitalista na produção. A consciência crítica se identifica com essa sociedade nova, moderna, industrial, urbana, com o povo participando através do voto. No entanto, se o povo ultrapassar os limites faseológicos dados (via processos revolucionários, levantes, greves etc.), essa consciência passa a ser percebida como sendo fanatizada ou massificada e sem rumo. Já a consciência ingênua se identifica com o mundo rural, fechado, alienado, atrasado. A oposição política se evidencia na classificação de portadores democráticos e portadores autoritários. Toda essa reflexão desenvolvida por Freire o auxilia a pensar numa questão fundamental – a maneira pela qual se processa a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Em seu método, essa passagem se dá através da estratégia da discussão, cujos temas se relacionam com um determinado conteúdo – a temática nacionalista e desenvolvimentista. Vale assinalar que a articulação que se estabelece entre as estratégias (discussões) e os temas (temáticas nacionalistas) estão presentes nas práticas educativas do ISEB. Isso nos permite perceber que a aquisição de uma consciência crítica envolve tanto o desenvolvimento de um determinado mecanismo mental – a crítica – como também pressupõe a assimilação de determinadas lógicas de organização social e seus conteúdos temáticos – tais como nacionalismo, desenvolvimentismo etc.

³⁶ Texto intitulado A PROBLEMÁTICA DA REALIDADE BRASILEIRA, publicado no livro editado pelo ISEB, *Introdução aos problemas do Brasil*.

É importante assinalar que em suas reflexões, necessárias ao seu entendimento de como se dá a passagem de uma consciência à outra, Freire acaba se concentrando mais na produção intelectual de Guerreiro Ramos através de seu livro *A redução sociológica*.

4.3 Reflexões sobre o espaço pedagógico do isebianismo

Ao querer identificar e compreender o espaço pedagógico do universo isebiano no qual Freire se apóia, Paiva se depara com uma contradição e a formula da seguinte maneira – “Como é possível que tenha sobrado um espaço pedagógico no interior de uma formulação filosófica que postula a 'primazia do ser sobre a consciência' e que se compromete com a 'teoria do reflexo’”. (Paiva, 2000; p. 192).

Como podemos constatar, na medida em que a apropriação feita por Freire se dá a partir de reflexões que se apóiam nos conteúdos temáticos presentes no ideário desenvolvimentista, reforça-se a idéia de reflexo defendida por Vieira Pinto, como se as mudanças existentes no contexto da realidade brasileira, quase que automaticamente, determinassem uma transformação no homem nacional. Numa de suas falas, Freire registra sua idéia da seguinte maneira:

...as modificações da infra-estrutura, ampliando a permeabilidade do homem nacional nos centros de desenvolvimento industrial e aumentando-lhe a capacidade de percepção dos problemas, faria daquele homem, um ser mais preparado para participar da democracia representativa. (Freire apud Paiva, 2000; p. 192)

Isto é, “a consciência se modificaria em razão da intensificação do processo de urbanização e da 'promoção dos padrões econômicos da sociedade': tal modificação ocorreria de maneira 'automática’” (Paiva, 2000; p. 192).

Mas, essa concordância de Freire com a teoria do reflexo apresentava um limite; segundo Paiva, para Freire, o reflexo da realidade sobre a consciência se inviabilizava na capacidade ou incapacidade de perceber a historicidade, as mudanças. O homem não passava de uma “existência bruta” à consciência crítica; ele passava de uma “consciência intransitiva”, característica do mundo rural, a um

novo “grau” que ainda não era o da criticidade – aí começaria a “comunicação das consciências”, a capacidade potencial de dialogar, enfim o efetivo espaço pedagógico. Ou seja, para Freire, o estágio posterior ao da consciência intransitiva (rural, ingênua) é uma “tomada de consciência” (da mudança). O próximo passo, então, – a consciência crítica – não seria resultante de simples alteração da realidade, mas fundamentalmente resultado de um “trabalho formador apoiado em condições históricas propícias”³⁷. Segundo Freire,

a conscientização não será (...) algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias. (Freire apud Paiva, 2000; p. 194; grifo meu)

No âmbito da concepção pedagógica desenvolvida por Freire, o diálogo do homem sobre o mundo e com o mundo é percebido como uma capacidade que ele adquire com a transitivação da sua consciência. Apoiando-se em Mannheim o qual defende que a passagem para a consciência crítica era a passagem para o domínio da razão, Freire acredita que a educação a qual trabalha o aprendizado da crítica é uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, uma educação reformada (não revolucionária, a despeito de seu componente crítico), tendo em vista a busca de uma compreensão objetiva e científica da realidade.

Diante da nova realidade que se apresenta, a preocupação de Freire e de alguns de seus inspiradores é com a “rebelião das massas”, a ser evitada através de uma educação voltada para o uso da razão. Trata-se de uma educação estratégica que possibilitaria a inserção social das massas – até porque, não podemos esquecer, que o analfabetismo das massas e sua inexperiência democrática ameaçavam significativamente o encaminhamento do projeto nacional. De qualquer maneira, podemos afirmar que o ISEB foi a primeira instituição de cunho educativo e universitário que não só enfrentou o desafio da problemática inserção das massas no país, como acabou colocando em prática uma determinada estratégia educativa voltada ao rompimento com o histórico elitismo acadêmico.

³⁷ Os trechos entre aspas são de Paulo Freire, registrados em sua tese *Educação e Atualidade Brasileira*.

Apoiado na preocupação com as massas, Vieira Pinto se propõe a fazer “um estudo fenomenológico daquilo em que consiste a transformação da consciência, implicações e conseqüências”. Nesse sentido, a fala de Vieira Pinto aponta um espaço pedagógico, apresentando claros pontos de aproximação com Freire.

Quando o processo de desenvolvimento nacional (...) dá a indivíduos existentes no seio da massa a oportunidade de superação, ocorre uma súbita tomada de consciência da sua situação e, através dela, da realidade em geral. (Vieira Pinto³⁸ apud Paiva, 2000; p. 197)

Nesse sentido, é Vieira Pinto que acaba formulando a necessidade de uma nova pedagogia: em sua visão, a sociedade brasileira em transformação exigia o combate ao pedagogo “colonial”, aos seus métodos e às suas crenças, e o surgimento de uma pedagogia comprometida com a realidade nacional. Sua visão supunha também a rejeição da escola distanciada da realidade e o combate à idéia do analfabeto como incapaz; a filosofia correta do analfabetismo, segundo Vieira Pinto, deveria ser aprendida com os próprios analfabetos³⁹. Constata-se que a ênfase na realidade brasileira se constitui um princípio básico do ideário educativo e pedagógico isebiano; o centro do enfoque educativo deveria ser o processo nacional – o real educador dos educadores nacionais.

O produto apresentado por Freire materializou e “reduziu” pedagogicamente esses parâmetros; tratava-se de uma pedagogia que servia ao desenvolvimento e à democracia, às características da vida urbana e moderna, chegando a um produto que coloca, no lugar do professor, o coordenador; no lugar da sala de aula discursiva, o diálogo; no lugar do aluno, o participante; no lugar dos programas alienados, uma programação compacta, “reduzida” ao essencial⁴⁰.

O mesmo tipo de concepção educativa aparece em Vieira Pinto; a necessidade de uma proposta “reduzida” apoiada na instalação de um “certo número de princípios geradores do pensar crítico” voltado para as massas (...) certo número de conceitos fundamentais “configuradores de uma representação do seu próprio estado e do mundo a que pertencem, qualitativamente distinta da que antes a caracterizava”⁴¹. Se bastavam alguns princípios, também bastavam poucas

³⁸ Texto retirado do livro, *Ideologia e Identidade Nacional*.

³⁹ Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*; p. 447.

⁴⁰ Paulo Freire, *Educação como Prática da Liberdade*, p. 102.

racterizava”⁴¹. Se bastavam alguns princípios, também bastavam poucas horas (40) para que eles fossem transmitidos por uma discussão que desembocava na temática central do ISEB: a realidade brasileira e o desenvolvimento nacional.

Um outro aspecto que se aproxima desse processo educativo seria “uma ampla propagação ideológica” do projeto nacional, uma efetiva clarificação ideológica. A transformação passaria assim por um processo de aceleração via estímulos externos, o que para Vieira Pinto se constitui na noção social de educação. Para Vieira Pinto, deveria surgir uma teoria da educação cuja tarefa principal seria a de definir que tipo de homem se deseja formar para o desenvolvimento do país, e cujos esforços pedagógicos deveriam se concentrar na “formação de uma nova mentalidade”⁴².

Nesse sentido, para Paiva, Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Roland Corbiser e Helio Jaguaribe se articulam em torno de uma concepção pedagógica de cunho autoritário, apoiada numa pedagogia fundamentalmente diretiva e iluminista. Ou seja, os homens devem adquirir consciência crítica desde que o seu conteúdo, as condições de análise, bem como a forma e os limites da ingerência, sejam dados por intelectuais iluminados. As conquistas educacionais estariam submetidas a uma ideologização, ou seja, ao aceite do projeto ideológico nacionalista-desenvolvimentista.

Vale assinalar que a função pedagógica tem papel destacado na difusão da ideologia do desenvolvimento nacional; na medida em que as massas reconhecem na ideologia nacional um pensamento autêntico e necessário, a propaganda é desnecessária e, em seu lugar, se colocam a comunicação, a discussão, a persuasão, e, segundo Paulo Freire, o diálogo.

Tal como os escolanovistas, os isebianos também se colocavam criticamente em relação ao armazenamento do saber e em relação ao saber erudito; a educação isebianiana seria uma educação das massas (e também das elites). Na medida em que as massas surgem como uma preocupação, por que o papel e a função da escola pública brasileira não aparecem na reflexão dos isebianos? A educação defendida pelo ideário isebianiano se colocava acima das diferenciações de classe, tendo por objetivo viabilizar a participação política, a criação cultural, a contribuição para o desenvolvimento do país e o fortalecimento da nação.

⁴¹ Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, p. 107.

⁴² Vieira Pinto, *Ideologia e Identidade Nacional*; p. 49-50.

Dessa concepção dissimulada (ao mesmo tempo, progressista e autoritária), Freire elabora uma reflexão singular; e, mesmo não escapando totalmente das armadilhas autoritárias, sua concepção pedagógica acaba ampliando o pensamento educacional vivenciado no Brasil. Para Paiva, Freire busca responder em termos pedagógicos às exigências colocadas pelo isebianismo; Paiva afirma que “diante das análises feitas (...), preocupava-nos encontrar uma resposta, no campo da pedagogia, às condições da fase de transição brasileira”, que levasse em consideração o desenvolvimento e a participação popular.

Paiva avalia que no pensamento freireano, essa pedagogia calcada sobre o diálogo só era possível em consequência da industrialização, da transformação das bases materiais da sociedade e de seu impacto sobre a consciência. Com isso, ele não estava aderindo à teoria do reflexo, mas reconhecendo que determinadas condições materiais (criadas pela indústria, pela vida urbana, pelo desenvolvimento, em última instância, pelo capitalismo) ampliavam o espaço pedagógico (Paiva, 2000; p. 204) .

Ao apresentar sua pedagogia, Freire utiliza, mesmo não interpretando da mesma maneira que os isebianos, princípios que se encontram presentes no ideário do ISEB, e que, portanto, se constituem em marcos de seu pensamento educacional e pedagógico. Freire aponta que sua pedagogia além de possibilitar uma percepção automática da mudança, possibilita uma transformação reflexa da consciência, ampliando as portas à comunicação. A “dialogação” é uma característica dos centros urbanos, dos regimes democráticos, das sociedades modernas.

Dessa maneira, podemos concordar com Paiva ao afirmar que o trabalho de Freire se constitui na contrapartida pedagógica - uma redução pedagógica – em relação à “redução sociológica” de Guerreiro Ramos quanto à “redução filosófica” de Vieira Pinto.

Democracia burguesa X diretividade pedagógica

O autoritarismo que caracterizava o ideário isebiano, se manifestava de diferentes maneiras e em diferentes princípios: na necessidade de se vencer o autoritarismo da sociedade arcaica que se contrapõe ao processo de democratização; no entendimento de que a compreensão isebiana em relação à fase histórico-social vivida pelo País era verdadeira e única – de maneira que só

vivida pelo País era verdadeira e única – de maneira que só eles eram legitimados a iluminar a sociedade com tal conhecimento; na proposição da melhor solução para toda a sociedade brasileira – a “ideologia do desenvolvimento”.

Tendo em vista os princípios defendidos, a pedagogia adequada a esse ideário isebiano se consubstanciava num determinado conteúdo que se concentrava fundamentalmente na idéia da formação do homem nacional. Os isebianos percebiam que numa democracia representativa, faz-se necessário reconhecer o problema educacional como um problema central para o desenvolvimento da nação; mas o entendimento desse corolário não resultou na elaboração de estudos sistemáticos sobre educação e sobre seu papel no desenvolvimento. Mas na prática, para os isebianos, a formação do homem nacional significou a necessidade de se conceber uma ideologia cujo papel seria, num primeiro momento, o de despertar as consciências da burguesia industrial para o desenvolvimento nacional, e num segundo momento, viabilizar sua penetração “nos mais amplos setores da vida social” para que adquirisse “raízes naturais na sociedade”. Através desses encaminhamentos, a ideologia do desenvolvimento colocaria em ação o seu poder de transformação.

Mas só no momento em que começam a se operacionalizar as formas de promoção, difusão e definição de meios através dos quais se daria a promoção da ideologia na consciência nacional, é que as contradições passam a ser apresentar de maneira mais evidente. Para os isebianos, estratégias educativas e organização ideológica se articulavam na necessária condução das massas; nesse sentido a consciência crítica a ser desenvolvida não seria uma consciência de classe e a totalidade a ser compreendida se limita a uma solução já concebida e assumida como eficaz - o projeto nacional-desenvolvimentista. Sobre esse conjunto de questões, Paiva conclui que o grupo isebiano se apóia nos seguintes corolários:

1) a história pode ser controlada (concretamente, o desenvolvimento pode ser planejado pelo Estado), o “processo” deve ter a sua direção indicada por uma *intelligentsia* iluminada e iluminista que percebe a realidade de forma correta e objetiva; 2) o processo pedagógico que faz penetrar a “ideologia do desenvolvimento nacional” na consciência abrange todas as classes: tanto os que dirigem (como consciência de classe da burguesia) quanto os que executam, os que voluntariamente obedecem para o seu bem e o bem da nação brasileira (sua consciência de classe é limitada à “consciência possível” da “fase histórico-social”); 3) é a conquista das consciências que torna o controle possível, tornando viável o desenvolvimento do capitalismo nacional estimulado pela ação estatal, já que as idéias se transformam em ações sempre que penetram fundo na consciência individual (Paiva, 2000; p. 215).

O sentido de um “populismo indutivista”

Força e consenso são os elementos utilizados pela burguesia para poder organizar a sociedade de acordo com seus interesses. Nessa parceria articulada de força e consenso, existe um espaço educativo. Através de diferentes abordagens os isebianos acreditavam que,

com o predomínio da razão sobre a emoção entre as massas, resultado de um amplo trabalho educativo, elas não pretenderiam a reorganização da sociedade de acordo com seus interesses, mas se tornariam voluntariamente agentes do desenvolvimento burguês. (Paiva, 2000; p. 219)

O projeto de desenvolvimento nacional da burguesia no Brasil precisava obter legitimidade junto às massas; mas que massas? que povo? Segundo Guerreiro Ramos, povo seria

um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados por uma mesma consciência coletiva de idéias e fins. Um povo (...) só pode surgir na fase capitalista de desenvolvimento quando se constitui um mercado nacional, o “suporte material de uma consciência coletiva”.⁴³

Mas, as transformações em curso na realidade brasileira resultavam em novas condições propícias à constituição de uma sociedade civil que queria ver-se representada nos partidos e participar da vida política. Paiva nos aponta que, no lugar de uma “nação legal”, sem povo, com população dispersa, fundava-se a “nação brasileira”, a “nação real”, cujo fundamento era o próprio povo brasileiro ligado pelo mercado.

⁴³ Guerreiro Ramos, *O problema nacional ...*, p. 228.

4.4

Continuando o delineamento de um ideário – referências teóricas e princípios norteadores

Este subitem tem o mesmo objetivo expresso no subitem 2.4 do capítulo anterior, ou seja, devido à quantidade e diversidade de informações apresentadas na obra de Paiva analisadas neste capítulo 3 (voltado à identificação da influência do ISEB na concepção pedagógica de Paulo Freire) optei por elaborar uma sistematização resumida, tendo em vista o delineamento do ideário isebiano.

Na continuidade dos princípios norteadores que emergem nas épocas anteriores à existência oficial do ISEB – ênfase nos problemas nacionais; novas abordagens metodológicas; novo papel do intelectual; e o novo papel da ideologia na realidade brasileira – as análises do presente capítulo apresentam os princípios que passam a caracterizar o ISEB após sua institucionalização; esse encaminhamento é dinâmico e se caracteriza pela permanência e aprofundamento de algumas abordagens, declínio de outras, assim como o surgimento de novas apropriações. Vale lembrar que em se tratando de uma análise que se debruça sobre uma obra centrada nas influências que o ISEB exerceu numa determinada concepção pedagógica, o viés educativo e pedagógico acaba sendo o cerne da reflexão elaborada. Ou seja, diferentemente do que ocorre no capítulo anterior – uma análise que se apóia nas colocações gerais registradas nas iniciativas que antecedem a existência do ISEB – no presente capítulo a análise se deu a partir de um conteúdo já voltado para as dimensões educativas e pedagógicas. Eu diria que os princípios emergentes da presente análise não são gerais; são princípios diretamente relacionados com as dimensões educativas e pedagógicas presentes no ISEB.

Assim sendo a temática que mais se destacou no encaminhamento das análises foi a questão da consciência, conceito vinculado ao pensamento existencialista, que defende a possibilidade de se resgatar nossas naturezas mais primitivas, “puras” e isentas de influências externas e, no ISEB, trabalhado na sua direta relação com a importância e valorização da razão, do entendimento e da compreensão. Se no pensamento existencialista o conceito de consciência se aplicava ao indivíduo, no ideário isebiano, ele passa a ser aplicável à análise dos problemas do Brasil, suas influências históricas, seus desafios diante das transformações de um processo em plena industrialização.

Para o existencialismo a consciência define o homem e permite a sua inserção na História como sujeito; no âmbito da apropriação isebiana, a consciência (do Brasil, pelo Brasil) define o Brasil, permitindo sua inserção na história como sujeito. A essência da existência (do Brasil) possibilitada pela consciência, pode então ser colocada a serviço do “pensar a mudança”, do “trânsito”, e a serviço da sociedade brasileira; algo que pressupõe um método personalista e culturalista de educação voltado à formação de uma nação de homens críticos e aptos num “pensar fenomenológico” (a capacidade de “por o mundo entre parênteses para poder pensar sobre ele, definir-se e finalmente optar”). E nesse sentido, o ISEB desencadeou o despertar de uma consciência nacional.

Diante dos aportes apresentados, não surpreende o fato do conceito de consciência ter sido alvo de uma sistemática reflexão envolvendo: seus diferentes estágios (a passagem de uma “consciência ingênua” a uma “consciência crítica” da realidade); as estratégias voltadas ao aumento do grau de consciência das massas em relação aos problemas do seu tempo e espaço; e fundamentalmente, a definição das principais características da consciência crítica. No âmbito do ideário isebiano, as características da consciência crítica estariam relacionadas com: a profundidade na interpretação dos problemas; a substituição de explicações mágicas por princípios causais; a tendência a procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões; a busca de despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas; em se tratando da apreensão dos problemas, esforçar-se por negar a transferência da responsabilidade; a recusa a posições quietistas; a prática do diálogo e não a polêmica; a receptividade ao novo e ao velho sempre que válido; a inclinação às arguições; etc.

Para os isebianos, uma conversão à realidade nacional se constituía na passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica; a consciência crítica materializaria uma sociedade nova, moderna, industrial, urbana, com o povo participando através do voto. O limite que se colocava era em relação aos processos revolucionários, vistos pelos isebianos como processos que ultrapassavam os limites de uma dada fase ou contexto, momento no qual a consciência passa a ser percebida como fanatizada ou massificada e sem rumo. Paulo Freire se apóia claramente nessas colocações e vai além quando se dedica a pensar na maneira pela qual se processa a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica; em seu método essa passagem é desenvolvida através da estratégia da

discussão centrada na temática nacionalista e desenvolvimentista. Também no ISEB constata-se o uso de estratégias discursivas sobre determinadas temáticas nacionalistas, evidenciando que a aquisição de uma consciência crítica envolve não só o desenvolvimento de um determinado mecanismo mental – a crítica – como também a assimilação de determinados aportes de organização social e conteúdos temáticos afins – no caso da realidade brasileira, o nacionalismo, o desenvolvimentismo, etc. Creio que, no âmbito do ideário iseбно, o alcance de uma consciência crítica se dava através da assimilação da ideologia do desenvolvimento – solução resultante de ampla reflexão sobre as especificidades das problemáticas nacionais.

Nesse sentido, é possível afirmar que a função pedagógica acabava tendo papel de destaque na difusão da ideologia do desenvolvimento nacional; afinal essa ideologia nacional deveria ser percebida pelas massas como sendo um pensamento autêntico e necessário que passava pelo conjunto das estratégias iseбianas (comunicação, discussão, persuasão) que Paulo Freire complementa com a prática do diálogo. Ou seja, para os iseбianos, estratégias educativas e organização ideológica se articulavam na condução das massas, tendo em vista o objetivo de se alcançar uma solução eficaz que naquele momento, se traduzia no projeto nacional-desenvolvimentista. Diante dessas colocações, alguns corolários podem ser apontados: 1) a defesa de que o encaminhamento do processo pode e deve ser controlado (o desenvolvimento sendo planejado pelo Estado) através de uma “intelligentsia” iluminada e iluminista que se legitimaria na condução do caminho a ser seguido, pois percebe a realidade de forma concreta e objetiva; 2) a idéia de que a penetração da “ideologia do desenvolvimento nacional” nas consciências, ao se dar através das estratégias pedagógicas, acabaria atingindo todas as classes: os que dirigem, os que executam e os que obedecem; 3) a defesa de que pelo fato das idéias se transformarem em ações, a conquista das consciências resultará na operacionalização do projeto de desenvolvimento nacional.

Mas as reflexões sobre a consciência não se davam isoladamente; sendo um desdobramento da reflexão sobre o papel da ideologia, os estudos sobre a consciência também se articulavam aos demais princípios advindos das primeiras reuniões desses intelectuais - ênfase nos problemas nacionais; primado das idéias e busca de novas abordagens metodológicas apoiadas no existencialismo; novo papel do intelectual.